

SOCIUS Working Papers

Pedro Costa

**" Cidades e Urbanização em Portugal: Uma Sociologia, Geografia ou
Economia Urbanas?"**

Nº 4/93

**SOCIUS - Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações
Instituto Superior de Economia e Gestão
Universidade Técnica de Lisboa
Rua Miguel Lupi, 20
1249-078 Lisboa
Tel. 21 3951787 Fax:21 3951783
E-mail: socius@iseg.utl.pt
Web Page: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/index.htm>**

PEDRO COSTA

**Cidades e urbanização em Portugal:
uma sociologia, geografia ou economia urbanas?**

I - INTRODUÇÃO

Este texto incide sobre um tema - a urbanização e as cidades em Portugal - que é reconhecidamente vasto e cuja abordagem pode ser feita das mais variadas perspectivas.

Como tal, e procurando dar um contributo para uma visão tanto quanto possível abrangente e não muito segmentada do fenómeno em causa, a abordagem seguida é, necessariamente, de síntese, dando uma perspectiva geral e global dos diferentes contributos para esta questão, e identificando alguns aspectos e problemas com ela relacionados, pondo de parte qualquer pretensão de um desenvolvimento aprofundado de pontos particulares.

Previamente, irão abordar-se algumas questões de cariz mais metodológico e conceptual, cuja referência é essencial para uma melhor compreensão do fenómeno em estudo.

Em primeiro lugar, é de referir a possibilidade de abordar este tema (cidades e urbanização em Portugal) nas mais variadas perspectivas. Um economista, um sociólogo, um geógrafo, um historiador, etc., não olharão para o mesmo objecto de estudo de igual forma.

O fenómeno em estudo (tal como qualquer outro "objecto social") tem um carácter complexo e pluridimensional, podendo ser observado de diversas perspectivas.

Para uma melhor compreensão deste "fenómeno social total" será necessária uma abordagem mais complexa, uma análise global, seguindo uma perspectiva abrangente, num contexto de desespecialização e descompartimentação das diferentes disciplinas científicas.

É uma aproximação a uma abordagem deste tipo, baseada numa visão interdisciplinar, que se procura fazer neste texto, tentando conciliar as diferentes perspectivas (histórica, económica, geográfica, sociológica, psicológica,...) do estudo das cidades e do fenómeno de urbanização português, em busca de uma visão mais abrangente do objecto em estudo.

Um segundo problema que importa abordar é o das estatísticas e dados a que um trabalho desta natureza tem (directa ou indirectamente) necessariamente de recorrer, e que levantam variados tipos de dificuldade:

- desactualização da informação (é utilizada, sobretudo, informação dos censos 81, já que os resultados definitivos do recenseamento de 1991 ainda não foram publicados e aqueles já se encontram trabalhados em variadas análises);

- desagregação deficiente da informação estatística (geralmente, apenas disponível a nível distrital ou concelhio, não permitindo análises mais profundas a níveis inferiores, e obrigando a formar agregados a partir desta base);

- dificuldades na identificação/definição de cidades e centros urbanos (reflectidas mesmo a nível estatístico);

- dificuldades na quantificação de certas variáveis essenciais para o estudo do fenómeno em causa (por exemplo, quantificação de alterações nos modos de vida da população, transformações culturais, etc.).

Uma terceira questão tem a ver com a delimitação geográfica da análise efectuada. O estudo é limitado a Portugal Continental, excluindo as Regiões Autónomas tanto pela falta de informação estatística, como pela existência de especificidades e características próprias que as afastam do sistema urbano do continente.

Outros problemas, agora de ordem mais conceptual, surgem relacionados com a própria definição e identificação do fenómeno urbano.

Com efeito, é, por exemplo, conhecida a grande dificuldade (ou mesmo impossibilidade) de definição de "cidade". Apesar de várias tentativas, mais ou menos generalizantes, por parte dos mais diversos geógrafos, historiadores, sociólogos, etc., nunca se chegou a uma definição universal satisfatória, pois as cidades assumem as mais variadas formas no espaço e no tempo, sendo problemática a identificação de algumas características gerais que as aproximem.

Este problema está bem patente, por exemplo, na visão que John Steinbeck ("A Pérola", 1948) tem das cidades:

"Uma cidade é como um animal. Uma cidade possui um sistema nervoso e uma cabeça e ombros e pés. Cada cidade é algo de diferente de todas as outras, de tal forma que não há duas cidades iguais."

Também o conceito de urbanização não é pacífico: este processo é diferenciado no espaço (e tempo), fruto de condições históricas, económicas, sociais, culturais, etc.,

específicas, que determinam a sua maior ou menor ligação a determinados factores particulares.

Estes problemas com a individualização das cidades e a definição do fenómeno urbano, levam a uma cada vez maior diferenciação entre os critérios jurídicos de definição de cidade e o efectivo modo de vida urbano, com o surgimento dos mais variados tipos de cidades, com as mais diversas formas e dimensões, num processo de expansão cada vez maior, generalizando a confusão e a incerteza sobre o que é o espaço rural e o urbano, e pondo mesmo em causa essa distinção.

Em Portugal, evidentemente que todos estes problemas se colocam também. A grande diferenciação existente entre as cidades portuguesas (definidas juridicamente) e as localidades consideradas centros urbanos (cujas dificuldades com os critérios de definição, em revisão, espelham todos estes problemas ¹⁾ está bem patente na comparação que podemos fazer, por exemplo, entre a população de cidades como Tondela ou Miranda do Douro (e mesmo de capitais de distrito como Leiria) com a população dos diversos agregados populacionais dos concelhos da Area Metropolitana de Lisboa (muitos deles sem sequer o estatuto de vila!).

Sendo este, como já foi referido, um estudo de síntese, adopta-se, geralmente, como base empírica a análise por regiões e por concelhos urbanos/rurais efectuada por GASPAR *et al.* no estudo "Portugal : os próximos 20 anos" para a Fundação Calouste Gulbenkian [GASPAR *et al.*, (12) e (13)].

Inicialmente, irá dar-se uma visão geral e abrangente do fenómeno da urbanização em Portugal e, em seguida, procura-se demonstrar a importância da multidisciplinaridade no seu estudo e focar alguns problemas que por ela possam ser levantados.

II - O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E O SISTEMA URBANO PORTUGUÊS

O fenómeno de urbanização em grande escala em Portugal é relativamente recente, estando intimamente relacionado com o processo de industrialização pós 2ª guerra mundial (e, mais geralmente, com o processo de terciarização da economia).

Apesar disso, desde há muito que o fenómeno urbano se encontrava estabelecido no nosso país, sendo bastante rica a história de muitas das cidades portuguesas (o primeiro surto de vida urbana organizada na Península Ibérica é atribuído à dominação Romana).

As características destas cidades foram-se, no entanto, alterando ao longo dos tempos, processo muito acentuado nas últimas décadas, com a expansão das cidades e o desenvolvimento de subúrbios, o crescimento populacional e o êxodo rural, e a enorme

expansão do modo de vida urbano para além das cidades, tornando cada vez mais difícil a distinção entre as diversas formas de espaço urbano, e entre estas e o espaço rural.

O processo de urbanização português (ultrapassando a simples concentração maciça da população em cidades), pode ser caracterizada por três principais vertentes:

- concentração de população nas duas grandes cidades (Lisboa e Porto) e suas proximidades;

- tendência para a urbanização difusa e a densificação da dispersão (sobretudo no Norte Litoral), verificando-se processos de urbanização *in situ* (mudança de actividade económica e modo de vida, com permanência espacial);

- mais recentemente, algum aumento da população nas pequenas cidades (que existem em grande número, mas são de reduzida dimensão, estando a rede urbana nacional distorcida, com falta de centros urbanos de dimensão intermédia).

Uma análise pormenorizada da dinâmica populacional e do povoamento das diferentes regiões poderá ser observada em GASPARE [12].

São de destacar duas grandes tendências associadas a este processo de urbanização: bipolarização e litoralização do sistema urbano, agravando assim os desequilíbrios espaciais já existentes.

Para estes fenómenos, muito contribuiu a grande mobilidade geográfica (uma das mais elevadas do mundo e a maior da Europa, entre 1960 e 1981) da população portuguesa (êxodo rural / emigração / retorno das ex-colónias ²) que, conjugando-se com o crescimento natural da população, ajudaram à "desertificação" do interior e ao aumento das assimetrias.

A bipolarização do sistema urbano em torno das duas grandes cidades nacionais acentuou uma tendência histórica para o desenvolvimento dessas duas urbes, centradas nos dois maiores portos nacionais e desfrutando das melhores condições naturais e de acessibilidade do país (em Lisboa, desde cedo e depois muito marcada e desenvolvida pelo processo de expansão ultramarina; no Porto, em menor escala, relacionado com a ascensão da burguesia comercial e industrial e o comércio do Vinho do Porto).

Nas últimas décadas estas tendências têm-se agravado em grande escala, com a expansão de numerosos subúrbios e cidades satélites em redor destes centros, formando uma verdadeira área metropolitana em torno de Lisboa, e algo semelhante a uma região urbana policêntrica (ou conurbação) no caso do Porto (com a concorrência de polos alternativos de nível inferior, como Aveiro e Braga, e a expansão de uma urbanização difusa em redor).

Paralelamente, e intimamente relacionado com este, está o processo de litoralização, com a concentração cada vez mais acentuada de pessoas e actividades na faixa litoral do território, tendência essa enraizada há séculos, inicialmente como

afirmação da nacionalidade portuguesa em busca de autonomia face a Espanha e, posteriormente, através de todo o desenvolvimento da expansão ultramarina.

Este processo de litoralização fez-se ao longo de duas grandes faixas: uma, maior, a ocidente, desde o norte do território até Setúbal e outra, meridional, entre Lagos e Vila Real de Santo António, estando as duas (sobretudo a primeira) em acentuada expansão e densificação.

A concentração em maior grau verifica-se junto a locais de maior acessibilidade (portos, rios, estuários), alargando-se a faixa litoral mais para o interior nas regiões com maiores facilidades de comunicação (por exemplo, Coimbra ou o Vale do Tejo).

Outra tendência mantida historicamente tem sido a da oposição entre um tipo de povoamento mais disperso no norte e outro, mais concentrado, no sul do país.

Vários factores, históricos, físicos e culturais, estão na base desta diferença, perpetuada ao longo dos séculos, e acentuada, por exemplo, na Idade Média, pela saída dos habitantes das (mais pequenas e numerosas) povoações do norte do país para fora das muralhas que as limitavam, ou pela reconquista e povoamento com concentração de população nas cidades do sul, já de tipo mais concentrado, de tradição árabe.

Uma outra característica fundamental do processo de urbanização português é aquilo que GASPAR [12] denomina de inércia do sistema urbano nacional e a estratégia de reconversão dos estabelecimentos humanos.

Com efeito, verifica-se que a rede urbana actual é, em grande parte, a mesma do numeramento de 1527 (tal como se mantêm as principais cidades dos árabes, romanos ou suevos, por exemplo), verificando-se uma adaptação permanente dos diversos aglomerados populacionais às novas situações.

Quase todas as cidades portuguesas, de origem remota, foram modificando as suas características ao longo dos tempos, adaptando-se a novas necessidades, procurando novas actividades principais, desempenhando funções diferenciadas, acumulando, em suma, influências de diferentes proveniências (traçados ou toponímica de culturas diversas; diferentes orientações socio-económicas; etc.).

Como salienta RIBEIRO [23], grande parte das cidades portuguesas nasce a partir de pontos elevados (permitindo boas condições de defesa), geralmente de boa acessibilidade, expandindo-se para baixo, em redor, possibilitando assim o desenvolvimento do comércio e o abastecimento das zonas envolventes, acumulando funções de centro político, administrativo, religioso e cultural com as de centro de trocas e, posteriormente (em certos casos), industrial.

Com efeito, para além da expansão generalizada (com raras excepções) das povoações já existentes (sobretudo nos grandes centros urbanos, com o alastramento dos subúrbios e a criação de verdadeiras áreas metropolitanas), as cidades portuguesas são,

essencialmente, fruto da evolução de povoações existentes já há vários séculos. Apenas surgem duas ou três cidades novas, de raiz: Fátima (ligada a motivos religiosos); Entroncamento (situada na confluência das ligações norte/sul e Lisboa/interior da rede ferroviária nacional); e Santo André (caso mais duvidoso, pois sendo prevista para albergar mais de 100 mil habitantes (ligada ao projecto de Sines), registava no recenseamento de 1981 menos de 500 (!) habitantes).

O grande desenvolvimento das comunicações e dos transportes, com o conseqüente incremento de fluxos de pessoas, bens, serviços e informação e o crescimento das relações e interdependências económicas, culturais ou sociais, gerou uma crescente integração e interdependência entre as diversas regiões portuguesas, levando a uma maior aproximação entre espaço urbano e rural.

Um dos aspectos em que se tornou mais notório este incremento das interdependências foi o alargamento das bacias de emprego (não só nas duas grandes cidades, mas igualmente noutras, de ordem intermédia, como Coimbra, Viseu ou Castelo Branco), com o aumento das migrações pendulares e a expansão dos subúrbios das grandes cidades (cada vez mais próximos destas pela evolução nas comunicações, e superando parte das suas carências habitacionais).

Fortemente relacionada com esta tendência está a urbanização *in situ*. Este fenómeno, já referido anteriormente, consiste na forma específica de alastramento da urbanização (acompanhada, por vezes de industrialização) aos campos, provocando a alteração da actividade económica (total ou parcial) e de modos de vida das populações que, no entanto, mantêm a sua localização espacial.

Tal processo é muito comum no Norte e Centro Litoral português, mas também, e cada vez mais, a outros locais, com o progresso técnico das comunicações e transportes, permitindo a desconcentração dos empregos e a rápida difusão de um modo de vida urbano, com o alargamento das bacias de emprego.

Em geral, coexiste a actividade industrial (difusa) e terciária com a manutenção de pequenas explorações agrícolas familiares, destinadas ao autoconsumo.

Este facto, possibilitando o pagamento de baixos salários, está associado à expansão industrial nesta zona do país (por exemplo, com o Vale do Ave e a indústria têxtil), mão-de-obra intensiva e, por isso mesmo, com um futuro não muito optimista, necessitando de reconversão urgente.

Por outro lado, este tipo de urbanização permite uma certa descompressão sobre o mercado de habitação das grandes cidades, já perfeitamente saturado.

Apesar de, no presente, empresas e famílias estarem a minimizar os seus custos com estas opções, no futuro, o acentuar desta situação poderá provocar nestas zonas

outros graves problemas, por exemplo, ao nível do congestionamento das infra-estruturas e da poluição.

Será ainda curioso notar a difusão deste modo particular de urbanização na zona norte do país, onde o povoamento sempre foi mais disperso, e a pequena propriedade agrícola dominante, tendo aqui relevância a tradição histórico-geográfica e razões sócio-culturais (como o apego à terra), sobrepondo-se, por vezes, a lógicas mais economicistas.

A par desta progressiva diluição das diferenças entre espaço urbano e rural, com o alastramento da "urbanização" gera-se, no entanto, um outro tipo de desigualdades, dentro das zonas mais atrasadas, entre os centros urbanos, que já têm acesso a determinado tipo de bens, serviços e infraestruturas e a um outro modo de vida, e as povoações rurais envolventes, mais atrasadas e progressivamente desertificadas.

A um outro nível, gera-se também um aumento da segregação espacial da população, sobretudo nas grandes cidades, com a separação em diferentes bairros (ou mesmo em grandes "zonas", como é o caso de Lisboa) de habitantes com origens geográficas, socio-económicas ou étnicas diferenciadas ³.

Ainda estreitamente relacionada com o processo de urbanização, mas também com outros factores (como a crescente internacionalização económica e cultural, por exemplo), está uma inevitável alteração nos modos de vida e nas mentalidades, não só pela assimilação pelos espaços rurais ou recentemente urbanizados de algumas características do modo de vida urbano (com o desenvolvimento das comunicações e do acesso à informação, com a expansão física de determinadas urbes, com a difusão do acesso a férias e ao turismo, etc.), como por todas as influências que as populações rurais transportam consigo para as cidades.

O incremento dos tempos livres e do lazer (com a maior flexibilização dos horários de trabalho, o acesso generalizado a férias, a alteração do ciclo de vida e a difusão da escolaridade permitindo uma maior mobilidade aos jovens, a antecipação das reformas, etc.), a difusão da alfabetização e da educação, o maior acesso a infraestruturas (económicas, de saúde, culturais,...), a crescente influência de padrões culturais e modos de vida alheios, veiculados em grande escala pelos diversos órgãos de comunicação social, a maior mobilidade populacional com os progressos nas comunicações e transportes, entre outros variadíssimos factores, levam a uma crescente diluição das fronteiras entre espaço urbano e rural e à generalização de espaços com características intermédias.

Todo este processo de urbanização que tem vindo a ser descrito levanta sérios problemas, de diferentes espécies, que são, igualmente, sentidos no nosso país. Referem-se, em seguida, alguns dos mais importantes:

- expansão da urbanização ilegal, degradação do parque habitacional e multiplicação dos bairros "de lata" e degradados (comuns em algumas cidades, mas sobretudo em Lisboa), fenómenos favorecidos pela completa desarticulação do mercado habitacional (com rendas muito baixas em habitações (ocupadas) antigas, e muito elevadas nas novas (e geralmente, vocacionadas para habitação de luxo)), pelo êxodo rural e pelo regresso de retornados das ex-colónias;

- segregação espacial de diferentes estratos populacionais e formação de "ghettos" com a possibilidade de fomentar conflitos étnico-raciais ou focos de marginalidade;

- desertificação dos CBD's e necessidade de preservação dos centros históricos;

- poluição e degradação ambiental (provocada quer pela concentração urbana, quer pela industrial);

- carências muito graves de infraestruturas e congestionamento das redes viárias e de transportes (sobretudo nos dois maiores pólos urbanos, mas cada vez mais generalizadas a outros centros urbanos);

- excesso e complexidade da legislação e entraves burocráticos, fomentando a ilegalidade;

- grande dependência do sistema urbano português do exterior (turismo, remessas de emigrantes, energia e actividade económica em geral);

- necessidade de adaptação de áreas urbanas a novas situações e conseqüente necessidade de planeamento (por exemplo, desemprego generalizado, ou indústrias em declínio - Península de Setúbal, Vale do Ave);

- necessidade de políticas urbanas eficientes, articuladas com outro tipo de acções, a diferentes níveis, tentando aproveitar as potencialidades da cidade como factor de desenvolvimento;

- problemas mais gerais (comuns ao processo de urbanização em geral), de índole mais psicológica ou sociológica (diminuição dos laços afectivos entre os diferentes indivíduos, relações sociais anónimas e parcelares, inadaptação do indivíduo ao modo de vida urbano, etc.).

Relacionado com todos estes está o problema da evolução futura do sistema urbano português.

Como foi referido, a localização espacial dos povoamentos nacionais tem sido relativamente inerte, reconvertendo-se e adaptando-se a alterações económicas e culturais, segundo tendências de transformação relativamente lentas.

Num futuro relativamente próximo, com a manutenção da diminuição do crescimento populacional e da mobilidade geográfica, e não obstante as conseqüências que possam advir de uma maior integração no espaço comunitário e de uma maior

internacionalização, não são previsíveis alterações radicais, mas tendências de evolução, cujas grandes características gerais são as seguintes:

- aumento qualitativo e declínio quantitativo relativos da base produtiva da Área Metropolitana de Lisboa, tendendo possivelmente para uma maior especialização em funções terciárias de alto nível (como afirmação num contexto de progressiva internacionalização e integração europeia), com possibilidade de agravamento de alguns dos problemas referidos e com o crescimento das áreas limítrofes em relação ao centro;

- generalização do fenómeno de urbanização e industrialização difusas no Norte Litoral, aproveitando os baixos custos de curto prazo, mas podendo conduzir a grandes problemas no futuro (como congestionamento e poluição); dificuldades do Porto se afirmar como centro de grande importância, face à concorrência quer dos concelhos limítrofes, quer de centros urbanos como Braga e Aveiro, acentuando-se possivelmente as características de área urbana polinucleada;

- expansão da urbanização e industrialização aceleradas e difusas em todo o Centro Litoral, formando uma faixa litoral contínua, mas sem centros de elevada importância, devido à dupla dependência em relação a Lisboa e ao Porto;

- tendência para a concentração de população e actividades do Interior nos centros urbanos (sobretudo nas capitais de distrito e noutras cidades com grande capacidade atractiva);

- agravamento da dicotomia entre litoral e interior algarvios, com o desenvolvimento de uma faixa contínua (baseada no terciário e turismo), atravessando todo o litoral algarvio.

III - DIFERENTES (?) PERSPECTIVAS DE VISÃO DAS CIDADES PORTUGUESAS

a) Alguns exemplos de interdisciplinaridade no estudo dos problemas urbanos

Como foi visto, o fenómeno urbano pode ser analisado sob diferentes perspectivas, tendo sido utilizados os mais variados ângulos de abordagem para o estudo destes problemas, nomeadamente por parte das diferentes ciências sociais.

Grande parte destas análises, no entanto, voluntária ou involuntariamente, partindo de um determinado ângulo parcelar de observação, envolve já alguns esforços multidisciplinares ou, pelo menos, uma noção mais abrangente da disciplina científica de partida.

Nesta secção iremos, em seguida, debruçarmo-nos sobre alguns exemplos de tentativas de sistematização de diferentes aspectos do fenómeno urbano no nosso país, em que se nota a preocupação por uma abordagem mais integrada do fenómeno em

causa (ainda que partindo de disciplinas particulares, como a economia ou a sociologia, por exemplo).

- O processo de urbanização português e as actividades económicas

Verifica-se a existência de uma enorme correlação entre o grande surto expansionista da urbanização portuguesa com as tentativas de industrialização tentadas no pós 2ª Guerra Mundial.

Esta característica, comum ao processo de urbanização da maior parte dos países desenvolvidos (com uma grande ligação entre o desenvolvimento urbano e o crescimento económico/industrial), apresenta semelhanças notáveis, em particular, com outros países do sul da Europa (Espanha, Grécia, Itália).

Com efeito, todos estes países, com uma tradição histórico-social relativamente aproximada, encetaram um processo de industrialização recente (pós 2ª Grande Guerra), tardio em relação ao norte da Europa e, geralmente, baseado em regimes políticos ditatoriais, mas, obviamente, com algumas características diferenciadas, atendendo às diversas especificidades de cada país.

Este processo de industrialização baseou-se, em grande parte, na grande mobilidade geográfica, sobretudo, no êxodo rural para as grandes áreas industriais, ou no alargamento das bacias de emprego (com a expansão da urbanização *in situ*), permitindo a satisfação das crescentes necessidades de mão-de-obra, nas zonas de maior acessibilidade (mais próximas dos mercados ou dos factores produtivos) onde se localizam as indústrias.

Esta tendência para o crescimento da industrialização (e transformações do espaço que lhe estão associadas) decorreu em Portugal sob diferentes formas:

- por um lado (e com maior relevância), concentração da indústria (e, conseqüentemente de mão-de-obra) junto dos grandes centros urbanos (principalmente Lisboa e Porto), com vantajosas condições de acessibilidade (infraestruturas, portos, etc.), desenvolvendo-se várias cidades satélite (Barreiro, Almada, Amadora, Odivelas, Vila Nova de Gaia,...) em redor (umas mais industriais, outras mais vocacionadas para dormitório) de forma mais concentrada em redor de Lisboa (e Setúbal) e mais dispersa no Norte e Centro Litoral;

- relacionado com esta última forma, um processo de industrialização e urbanização difusas, sobretudo no Norte e Centro Litoral, coexistindo muitas vezes a actividade industrial com a manutenção de actividades agrícolas a tempo parcial (que serão faladas adiante);

- por outro lado, um outro tipo vem de cidades já com uma certa tradição industrial histórica, como a Covilhã ou Guimarães, já ligados à manufactura têxtil desde a Idade Média.

Existe, portanto, uma grande relação entre os processos de urbanização e industrialização, com concentração de mão-de-obra (e mercados) em lugares de maior acessibilidade e que, embora assumam formas diferenciadas, tem provocado um agravamento da bipolarização e litoralização do nosso país, levando a alguns dos problemas já referidos (criação de cidades dormitório, segregação espacial, poluição, congestionamento de infraestruturas,...), ou gerando ainda dificuldades graves a outros níveis (recorrência ao trabalho infantil; declínio de algumas zonas industriais, muito dependentes do exterior e/ou necessitando de reconversão, em risco de aumentar o desemprego - Península de Setúbal, Vale do Ave)

Note-se que, enquanto algumas cidades (sobretudo no interior), em busca do desenvolvimento, procuram ainda atrair esta actividade com a criação de parques industriais (Covilhã, Castelo Branco), outras zonas, já urbanizadas (nas grandes metrópoles, como é exemplificado pelo PDM de Oeiras) tentam afastar a indústria da sua proximidade (procurando minimizar os impactos negativos por ela gerados), e outras ainda, como veremos em seguida, afirmaram-se desde há séculos sem qualquer actividade industrial relevante.

Com efeito, apesar desta relação entre o processo de industrialização e o de urbanização, é cada vez mais pronunciada a concentração do sector terciário nas cidades.

A partir de determinado estágio da sua evolução, a actividade principal das cidades industriais passa a orientar-se para o comércio, turismo e serviços, estando certamente o futuro do desenvolvimento das cidades associado a estes sectores (sectores esses que, aliás, têm um peso crescente na economia à medida que esta se desenvolve).

Por outro lado (e vários exemplos existem em Portugal, principalmente no interior), desde sempre houve cidades que nunca desenvolveram o sector industrial, mas que se estabeleceram com base nas relações de influência (abastecimento comercial e de serviços, exercício de funções políticas, administrativas, religiosas, etc.) que exerceram com as zonas delas directamente dependentes.

Vários factores podem ser apontados para justificar a progressiva "terciarização" do espaço urbano: para além das transferências da actividade económica para esse campo, o desenvolvimento da informação, das comunicações e da necessidade de serviços, a melhoria das condições de vida (acesso à educação, saúde, justiça, etc.), o aumento dos tempos livres e das necessidades de lazer e o conseqüente crescimento das solicitações a serviços deste tipo, entre outros factores, levam a uma cada vez maior complexificação

e concentração da actividade comercial e dos serviços nas cidades e à alteração dos modos de vida "urbanos".

Todos estes factores são potenciadores de alguns dos problemas referidos (congestionamento, etc.), mas são também, paradoxalmente, uma via para a sua diminuição (flexibilização dos horários de trabalho, desenvolvimento das comunicações à distância, desconcentração da produção).

Vários exemplos se podem dar de como o processo de terciarização da economia leva as cidades progressivamente nesse sentido. Ficam aqui apenas alguns. É o caso de Lisboa, cuja estratégia de afirmação face à integração na Comunidade Europeia e a uma crescente internacionalização passa pela especialização em funções terciárias de alto nível, destacando-se como centro urbano de ordem superior. São também os casos das cidades baseadas (crescentemente) no turismo e lazer, modernamente, sobretudo no Algarve, mas algumas já importantes há vários séculos (como as cidades termais de Chaves (desde os romanos) ou de Caldas da Rainha (desde o séc. XVI)).

O crescimento das cidades está, assim, ligado tanto ao processo de industrialização como, mais geralmente, ao de terciarização. As cidades desde sempre (pela sua própria essência) estiveram relacionadas com a concentração de actividades e funções terciárias e afins (não só comércio, mas também - mais constantemente - concentração de funções administrativas, políticas, religiosas, culturais, de lazer, etc.) potenciadas pela intensidade de relações com a sua área de influência.

Assim se explica a importância de numerosas cidades do interior (não só capitais de distrito, como Bragança ou Portalegre, mas também outras, como Abrantes ou Pinhel), que, sendo pólos de relativa atracção face à região envolvente (embora com importância variável ao longo do tempo e, por vezes, beneficiando das maiores dificuldades de comunicação e falta de acessibilidade em relação a outros centros urbanos), vão mantendo ao longo do tempo funções de centralidade em relação às regiões envolventes.

Como já foi referido, a importância destas cidades está relacionada com a concentração de pessoas e actividades em determinados pontos de maior acessibilidade, geralmente junto a portos ou rios e partindo de lugares elevados (de onde a defesa era mais fácil), onde se concentraram essas funções.

Muito ligada a esta está, indubitavelmente, a questão, também já referida, da inércia e estratégia de reconversão das cidades portuguesas, que vão alterando, ao longo dos tempos, as suas actividades e funções principais, adaptando-se às novas necessidades e apelos.

Para além dos referidos, são vários os diferentes factores de localização e funções que, assumindo importância variável ao longo do tempo nos diversos centros urbanos, estão ligados à concentração de pessoas nesses locais: motivações religiosas (as várias

sedes de bispados, Fátima); motivos administrativos, políticos ou concentração de equipamentos (capitais de distrito, por exemplo); razões culturais (potenciando o desenvolvimento de cidades como Coimbra ou Évora); turísticas (cidades algarvias, Figueira da Foz, Espinho, centros termais), entre outras.

Todos estes factores, conjugados com as diferentes actividades económicas (terciárias, industriais e mesmo agrícolas) em que as cidades se vão especializando, e ligados à evolução das condições de acessibilidade aos diferentes mercados, vão permitindo a perpetuação e transformação constante da rede urbana portuguesa.

- As relações da cidade com o espaço envolvente e as hierarquias urbanas

Intimamente relacionado com o anterior surge o tema das relações que a cidade desenvolve com o meio envolvente, das diferentes interdependências que estabelece com os outros centros urbanos e da sua posição na hierarquia urbana.

A relação de cada cidade com o espaço envolvente, partindo do fornecimento de determinados bens, serviços ou funções à área circundante (por vezes, partindo de um centro agrícola, onde eram trocados os produtos originários da zona envolvente), altera-se ao longo do tempo, evoluindo progressivamente (com a industrialização e/ou a terciarização) para formas diferenciadas e, por vezes, nos maiores centros urbanos, com a extensão da cidade para o exterior, ocupando cada vez mais espaço físico, com o surgimento de subúrbios ou o alargamento das bacias de emprego já referido. Cada cidade, neste processo, vai gerando invariavelmente uma série de interdependências a diversos níveis com o meio envolvente.

Quanto maior a sua importância, vai possuindo funções mais especializadas, que outros centros de ordem inferior não exercem, sendo portanto maior a sua área de influência. A ocorrência destas funções centrais, a diferentes níveis, sobrepõe-se no espaço, segundo uma lógica de rede, potenciando-se o desenvolvimento de alguns dos centros, favorecidos por determinadas condições económicas, físicas, sócio-culturais, etc.

Esta lógica foi desde sempre seguida no nosso país (tal como universalmente), por exemplo, a nível político-administrativo ou religioso, com a sobreposição de diferentes níveis/escalões, de importância diversa e relacionados hierarquicamente, cobrindo todo o território (paróquias, dioceses, bispados, por exemplo).

Vários modelos de base económica e geográfica têm sido desenvolvidos, tentando explicar "cientificamente" a constatação empírica desta lógica de organização espacial, sendo o mais conhecido o da hierarquização de lugares centrais (Christaller).

Estes modelos, que nas suas linhas e conclusões gerais se aproximam da realidade que tentam explicar, uma vez abstraído as numerosas hipóteses simplificadoras a que

obedecem, levantam algumas dificuldades, agravadas quando caem em formalizações ou quantificações excessivas.

Em Portugal existe uma aplicação deste modelo à área de influência de Évora (GASPAR [10]), para além do recurso frequente ao estudo das funções centrais e hierarquias urbanas, a nível mais geral, por vezes associado a actividades de planeamento.

São disso exemplo dois outros estudos feitos, agora a nível nacional, tentando definir hierarquias urbanas, relacionando os diferentes centros com as suas áreas de influência: um por CAETANO (1970) (veja-se GASPAR [12]) e outro, mais recente, do GEPAT.

Qualquer deles denota as conclusões já atrás referidas da falta de centros urbanos de nível intermédio no nosso país, havendo um grande número de pequenas cidades, desempenhando funções de ordem inferior, e duas grandes cidades (já bastante diferenciadas entre si), associadas a funções de alto nível (apesar de ultimamente se notar uma tendência para o crescimento de importância das cidades de menor dimensão, algumas das quais poderão desempenhar funções de nível intermédio agora em falta).

- A organização interna das cidades

Várias têm sido as tentativas de criação de modelos, mais ou menos economicistas, de explicação da organização interna das cidades, dando resposta à constatação da localização espacial diferenciada de actividades e residentes no interior do espaço urbano. Estes modelos, partindo geralmente do preço do solo e da acessibilidade ao centro (CBD), a partir do qual se expandem diferentes zonas concêntricas ou diversos sectores, são, em geral, de duvidosa aplicação prática concreta (embora definam princípios gerais relativamente universais), por várias razões:

- são, em geral, modelos muito baseados na realidade específica norte-americana, onde as condições geográficas, históricas, sociais e culturais que envolvem o desenvolvimento dos centros urbanos são necessariamente diferentes;

- para além disso, são habitualmente válidos apenas de uma forma muito abstracta, pois as inúmeras hipóteses simplificadoras de que partem (muitas delas de grande irrealismo), permitem apenas identificar algumas conclusões muito gerais;

- por outro lado, e esta é talvez a crítica mais relevante, apresentam uma visão excessivamente economicista do fenómeno (apesar de também serem usados por sociólogos e geógrafos), não entrando sempre em consideração com factores de ordem psicológica, social ou cultural, por exemplo, indissociáveis das decisões locais dos agentes (mesmo dentro dos factores económicos, apenas alguns são considerados,

podendo os modelos ser complexificados com a introdução de externalidades, mas sem resultados práticos muito significativos, devido à excessiva necessidade de quantificação).

Em geral, verificam-se as características-base definidas pelos modelos, mas apenas se nos abstrairmos das diversas hipóteses simplificadoras que permitem a sua formalização, ou então com um considerável "esforço de adaptação" da realidade aos modelos pré-estabelecidos.

Note-se ainda que, num estudo deste tipo, se deveriam ter em conta as especificidades, não só das cidades portuguesas em relação a outras para as quais os modelos foram eventualmente idealizados, como das próprias cidades nacionais umas em relação às outras (com evoluções histórico-culturais e condições físicas e socio-económicas diferenciadas entre si).

Tendo em atenção este problema, mas não duvidando dos contributos que as suas conclusões (ainda que gerais) possam trazer para o estudo das cidades portuguesas, referem-se agora duas tentativas feitas para aplicar a centros urbanos nacionais estes modelos: uma aplicação do modelo de Burgess e Hoyt a Olhão (COELHO [5]) e uma aplicação da teoria de ocupação do solo num centro monocêntrico (Alonso-Muth) a Cascais (COSTA *et al.* [6]).

- A alteração dos modos de vida e dos padrões de consumo

Intimamente relacionada com o processo de urbanização está a alteração de mentalidades e de modos de vida subjacente, fruto de variadas alterações culturais, psico-sociológicas e económicas, que terão, necessariamente, reflexos na organização do espaço urbano.

Assim, a crescente difusão de um modo de vida urbano acarreta consigo uma alteração dos padrões de consumo, potenciada pelos progressos nas comunicações, o acesso facilitado à informação e pelas crescentes interdependências a vários níveis, gerando uma certa massificação, que se vai progressivamente estendendo a todo o território. Paralelamente, outras alterações, como a redução estrutural da propensão a poupar, acompanham geralmente esta tendência.

Por outro lado, a flexibilização e redução dos horários de trabalho, o aumento das férias, a alteração do ciclo de vida (com a antecipação da idade de reforma e o "prolongar" da adolescência e juventude), aliados aos crescentes apelos sentidos pela população nesse sentido, levam a uma maior disponibilidade para actividades de tempo livre e lazer, que têm, necessariamente, repercussões na organização espacial (e social, cultural,...), por exemplo com o desenvolvimento de infraestruturas a este nível (principalmente no litoral, e em especial no Algarve), ou com o surto de habitações

secundárias, em redor das grandes cidades (permitindo a "aproximação" a um meio mais rural).

Paralelamente, o alastramento da escolaridade e da alfabetização, o desenvolvimento dos mais diversos contactos e interdependências, a multiplicação do acesso à informação, o progresso nas comunicações e nos transportes, para além de incrementarem as já referidas novas necessidades de consumo e exigências de melhores condições de vida (infraestruturas, acesso à saúde, etc.), aliados a outros factores, como o aumento do desemprego estrutural, levam a uma tendência para a desconcentração dos locais de trabalho (e a sua flexibilização), permitindo, no futuro, a alteração das formas urbanas, com a expansão de uma urbanização mais difusa e a possibilidade do "regresso ao rural", ou seja, a formas mais indefinidas, em que se confunde um modo de vida mais urbano com características espaciais mais rurais, passando por uma complexa reestruturação das relações económicas e sociais.

- Os problemas urbanos e o planeamento

Os problemas suscitados pelo processo de urbanização (já mencionados anteriormente) que afectam as cidades portuguesas (congestionamento das redes de transportes e infraestruturas, desertificação dos centros das cidades, poluição e degradação ambiental, etc.) criam deseconomias externas, que poderão ser combatidas ou minimizadas através de políticas convenientes.

É, portanto, imprescindível uma intervenção dos poderes públicos (tanto nacionais, como regionais ou locais), de modo a corrigir estes problemas (quer num sentido de regulamentação, quer através da acção directa).

Esta necessidade será mais agravada no caso dos bens (ou males) públicos (como a construção de infraestruturas ou a poluição), cuja não intervenção será economicamente ineficiente, pela sua própria natureza (pois geram comportamentos tipo "free-rider", inviabilizando uma solução de mercado aceitável).

Apesar de muito já ter sido feito, após o 25 de Abril, neste sentido (fruto da grande contestação social e de movimentos políticos relevantes, sobretudo a nível autárquico), muito está ainda por fazer (a dotação em infraestruturas é, por exemplo, muito inferior à média comunitária).

A perspectiva de planeamento seguida, no sentido de diminuir os desequilíbrios inter-regionais, tem sido relativamente conseguida (à excepção do agravamento da bipolarização), sobretudo nos últimos anos, com o não alargamento das assimetrias entre as diferentes regiões e mesmo o atenuar de certas diferenças.

No entanto, agravam-se problemas como os desequilíbrios intra-regionais (sobretudo no espaço mais rural), entre as populações que já têm acesso a infraestruturas e serviços de que anteriormente não beneficiavam (estando, portanto, essas povoações em crescimento, atraindo população do seu espaço envolvente) e as outras, onde não é compensador (económica ou politicamente) investir.

Um outro caso em que as políticas seguidas podem levar ao surgimento ou agravamento de determinados problemas é o da gestão e planeamento urbanos, com a delimitação de zonas diferenciadas dentro dos centros urbanos, com possibilidade de fomentar desigualdades entre bairros (por exemplo, com a criação de bairros sociais), ou não levar em atenção os interesses diversos das pequenas comunidades existentes (em qualquer dos casos, com conseqüentes possibilidades de desintegração dos indivíduos ou fomento da marginalidade).

No entanto, a falta de planeamento levanta, como vimos, problemas a uma escala muito mais elevada, sendo necessária uma maior coordenação e articulação entre os diferentes níveis de poder (e de planeamento), e entre estes e as populações, de modo a minimizar os desequilíbrios existentes e adaptar o espaço urbano de forma a responder às necessidades e problemas crescentes com que este se debate.

b) Uma sociologia, geografia ou economia urbanas ?

Na secção anterior viram-se alguns exemplos de como aspectos particulares do processo de urbanização português podem ser tratados de uma forma relativamente abrangente e interdisciplinar, mesmo que partindo de visões segmentadas e particulares (como a economia ou a geografia, por exemplo, desde que entendidas já de uma forma relativamente lata).

Estas análises põem-nos, no entanto, perante uma questão curiosa: se utilizarmos estas perspectivas, estaremos a estudar exactamente o mesmo fenómeno do que se adoptássemos um qualquer outro "ângulo de visão"?; ou, por outras palavras, serão as cidades portuguesas as mesmas para um economista, para um geógrafo ou para um sociólogo, por exemplo?

Em qualquer dos casos (para qualquer das visões indicadas), temos de ter em conta que o fenómeno urbano ultrapassa em muito e já pouco tem a ver com os critérios jurídico-administrativos que definem as cidades portuguesas (veja-se o ponto I), ou mesmo com critérios demográficos, tendência crescente com a expansão deste processo e a progressiva mistura entre rural e urbano e aparecimento de fenómenos de características híbridas.

Em geral, pode-se dizer que as diferentes visões são semelhantes, estudando o mesmo objecto de perspectivas diferentes, mas reflectindo todas (em maior ou menor grau) os vários aspectos do processo de urbanização. Os problemas podem surgir sobretudo nas áreas de "fronteira" entre urbano e rural (como os subúrbios em redor das maiores cidades, algumas pequenas cidades do interior, ou as áreas de urbanização mais difusa).

Se compararmos, por exemplo, uma perspectiva mais económica com outra mais geográfica ⁴, chegaremos provavelmente à conclusão que, em geral, há uma correspondência entre as transformações nas relações económicas e as diferentes formas de organização do espaço subjacentes ao processo de industrialização.

No entanto, talvez possam surgir algumas dificuldades quando se comparam as alterações culturais, sociológicas, psicológicas,... resultantes do processo de urbanização com o âmbito mais "espacial" ou "económico" deste processo. Com efeito, a expansão de um modo de vida diferente, alastrando progressivamente por todo o território e potenciado por factores como o desenvolvimento das interdependências ou das comunicações, pode nalguns casos, levar a esta discrepância, conduzindo a uma "urbanização" mais ou menos rápida do que vista sob uma outra perspectiva.

Para além das alterações de modos de vida já referenciadas nos pontos anteriores deste texto, importa ainda referir outros aspectos importantes das transformações nas relações sociais e atitudes individuais resultantes do processo de urbanização.

Com efeito, o incremento dos diversos estímulos e contactos com múltiplas fontes de informação e interdependências a que o indivíduo está sujeito aos mais variados níveis provoca necessariamente alterações psicológicas e nas relações sociais, em relação a uma sociedade não urbanizada.

O desenvolvimento de atitudes de indiferença ou reserva mental, o predomínio da inteligência e da racionalidade sobre as emoções e os sentimentos, o carácter anónimo, superficial, efémero e parcelar das relações sociais, a homogeneização e massificação das opiniões e comportamentos (mas também a maior liberdade e criatividade) são, entre outros, alguns dos aspectos (vejam-se SIMMEL [27] e WIRTH [28]), que reflectem as alterações provocadas por um modo de vida urbano, num sentido de uma maior individualização do indivíduo face à sociedade.

Não se deve, no entanto, cair em excessos quanto ao isolamento e solidão do indivíduo face à sociedade, pois permanecem ainda (e desenvolvem-se outras) diferentes formas de sociabilidade, assumindo particular importância "bolsas de colectividade" como grupos ou meios sociais (nas relações familiares, de vizinhança, profissionais, associativas, etc.) que, embora parcelarmente, unem os indivíduos através de certas comunidades de interesses.

Todas estas questões estão na base da possibilidade de surgirem aqui algumas pequenas divergências entre o fenómeno de urbanização visto por um sociólogo ou por um economista, por exemplo. Com efeito, verifica-se a possibilidade de, em pequenas cidades do interior, a importância de algumas relações de tipo mais comunitário se manter, apesar do avanço do processo de urbanização; tal como, pelo contrário, nas zonas de influência urbana das maiores cidades, subsiste a possibilidade de transformações mais aceleradas para um modo de vida mais urbano, do que a "urbanização" vista de uma outra perspectiva.

Com efeito, em determinados centros urbanos do interior, de reduzida dimensão, nota-se uma maior sobrevivência de laços mais comunitários face a relações de tipo mais societário, com um maior interconhecimento e controlo social dos agentes, por exemplo, apesar do estatuto "urbano", em termos geográficos ou económicos que essas cidades possam ter (desempenho de determinadas funções centrais ou dimensão populacional, por exemplo).

Mesmo com a generalização de padrões de consumo tipicamente urbanos e as alterações de modos de vida proporcionadas pelas crescentes interdependências com o exterior, estas cidades podem apresentar ainda traços menos tipicamente urbanos nos comportamentos sociais dos seus habitantes, como uma maior previsibilidade e codificação nas suas relações sociais, uma menor "parcelização" do indivíduo ou uma maior importância de determinadas relações de tipo comunitário, sobretudo baseadas na família e relações de parentesco.

Esta discrepância é também possível e verifica-se nas zonas de urbanização e industrialização difusas, coadunando uma forma de vida e padrão de relações sociais ainda com características marcadamente rurais (grande ligação à actividade agrícola e à terra, com vista ao autoconsumo, importância da célula familiar, etc.), com outros aspectos tipicamente urbanos (intensificação dos mais variados contactos, potenciada pela diminuição das distâncias em relação aos "pólos" difusores de informação, desenvolvimento de relações de carácter mais utilitário e racional, etc.).

Por outro lado, também nos espaços mais urbanizados, nos centros e subúrbios das grandes cidades, implantam-se e subsistem relações mais fortes de tipo comunitário, particularmente por parte da população que protagonizou o grande êxodo rural para estas zonas. Note-se aqui o papel relevante das migrações por vagas (redes migratórias), de determinadas populações para bairros específicos, onde possuíam contactos previamente estabelecidos, gerando maiores potencialidades para o desenvolvimento de determinados grupos sociais (relações de vizinhança mais fortes, clubes ou associações em torno de determinados interesses homogéneos), que permitem, através da comunhão de interesses entre os seus membros, uma menor parcelização do indivíduo em múltiplos

papéis e pertenças sociais. Notem-se também, finalmente, as várias formas de associativismo juvenil.

A expansão do modo de vida urbano aos campos, proporcionada pelos factores já referidos, e propagada sob diversas formas, como a já referida urbanização *in situ*, a expansão das residências secundárias ou o fenómeno da contra-urbanização (consequências dos problemas suscitados pela urbanização e desadequação do indivíduo), leva ao progressivo esbatimento das diferenças entre espaço rural e urbano, proporcionando assim possibilidade para diferentes interpretações e definições do fenómeno urbano.

No entanto, como foi referido, as diferenças entre estas diversas interpretações não serão muito significativas e, sobretudo, aproximam-se muito da cada vez mais ténue linha divisória entre urbano e rural.

Conclusões semelhantes poderão alcançar-se também através de outras abordagens, como, por exemplo, pela análise da urbanização de um ponto de vista arquitectónico ou de planeamento urbanístico, com características diversas nos diferentes espaços urbanizados.

Em conclusão, a melhor abordagem a esta questão, será uma perspectiva global, apostando na interdisciplinaridade, ou mesmo na transdisciplinaridade, aproveitando os diversos contributos dados para o estudo do mesmo fenómeno.

IV - ALGUMAS QUESTÕES

Pretendeu-se, neste texto, fazer uma abordagem integrada e abrangente do fenómeno de urbanização e do estudo das cidades em Portugal, tendo em atenção as diferentes perspectivas de olhar para esse mesmo "fenómeno social total".

Certamente haveria possibilidade de aprofundar outros aspectos ou enveredar por outros caminhos, também intimamente relacionados com este tema (como abordagens mais ligadas aos campos da sociologia e psicologia, da arquitectura e urbanismo, da história, ou mesmo da geografia física) mas, tendo em conta a necessária natureza de síntese deste texto, apenas se procuraram levantar algumas questões mais gerais e apontar "pistas" para a exploração de outras.

Algumas questões se podem, no entanto, levantar, pondo em causa certos aspectos do estudo efectuado.

Como vimos, o fenómeno urbano encontra-se em acentuada expansão, assumindo formas diferenciadas (potenciadas pela internacionalização e o desenvolvimento tecnológico), provocando mudanças estruturais nas relações económicas, sociais e culturais, na organização espacial, etc., originando novas formas intermédias entre o rural

e o urbano e diluindo as diferenças entre estas duas formas. Assim sendo, a primeira questão que fará sentido colocar será se fará ainda sentido falar de espaço rural e urbano, ou apenas analisar as diferentes formas de organização das relações sociais, económicas e culturais no território.

Ligada com esta, está a questão do vector de análise utilizado. Será a distinção entre rural e urbano a melhor abordagem para o estudo destes problemas? Outros factores, como a posição no ciclo de vida, o grau de educação ou a estratificação socio-profissional não serão tão ou mais relevantes que este? Por exemplo, um jovem de Lisboa não terá mais em comum com um outro jovem de uma vila do interior do que com um idoso da sua cidade? A melhor solução seria, decerto, uma combinação destas diferentes análises, numa perspectiva sistémica, que integrasse estes diferentes vectores.

Um outro aspecto a questionar é o da relevância do estudo isolado da rede de cidades portuguesas, num contexto de internacionalização crescente. As cidades portuguesas estão, decerto, integradas, a níveis diferenciados, nas redes urbanas europeia e mundial, sendo a análise do seu papel aí fundamental (por exemplo, a afirmação de Lisboa como centro de funções terciárias de alto nível terá de ser enquadrada a nível europeu ou mundial; igualmente, a análise das redes de cidades do interior deveria ser feita tendo também em conta o sistema urbano espanhol).

Uma última questão a referir é a da validade de um estudo relativamente generalista como este, unindo tipos de cidades bastante diferenciados, que poderão não ter tanto em comum como se pretende. Apesar de terem em comum uma evolução histórica e social relativamente comum, as diversas cidades portuguesas apresentam especificidades importantes e dissemelhanças entre si, que importa não esquecer.

Como vimos, várias questões se podem colocar em relação ao estudo efectuado, que tenta apenas dar um sintético contributo e lançar algumas vias de discussão para a análise e explicação do fenómeno da urbanização em Portugal.

NOTAS

¹ Existem em estudo, no âmbito do Instituto Nacional de Estatística, várias propostas diferenciadas de definição de centro urbano, quase todas baseadas apenas em factores demográficos (população / densidade), mas já levantando suficientes dificuldades para contrariar a desejável inclusão de outros indicadores, como uma escala hierárquica das funções desempenhadas pelos centros, por exemplo.

² Só no período 1960-73 emigraram 1,4 milhões de portugueses; pelo contrário, após o 25 de Abril de 1974, retornou das ex-colónias cerca de meio milhão de habitantes.

³ Em relação a estes dois últimos pontos, veja-se a análise de GASPAR (12), baseado num estudo efectuado por Ferrão, a partir das categorias de classe de Poulantzas para o nosso país, reflectindo os fenómenos de urbanização e de terciarização da economia portuguesa (sendo, no entanto, bastante discutível a utilização das categorias referidas num estudo deste tipo, ou mesmo o sentido actual do próprio conceito de classe).

⁴ A visão geográfica é aqui entendida num sentido amplo, não se limitando à ideia tradicional de "espaço urbano" (as cidades), de um ponto de vista mais demográfico ou ecológico, mas abrangendo as diferentes formas de relacionamento entre o Homem e o Espaço no processo de urbanização.

V - BIBLIOGRAFIA

- [1] ANGULO, J. V. e M. J. V. DOMINGUEZ, Los procesos de urbanización, Editorial Sintesis, Madrid, 1991
- [2] BAPTISTA, A. J. Mendes, "Perspectivas de desenvolvimento económico da Área Metropolitana de Lisboa", Sociedade e território, vol. 10/11, Dezembro 1989, pp. 43-48, reproduzido em ERU II - Textos de apoio, AEISEG, Lisboa, 1991
- [3] CHAMPION, A., "Changements dans la répartition spatiale de la population européenne", in Conseil de l'Europe, Seminaire sur les tendances démographiques actuelles et modes de vie en Europe, Strasbourg, 1991, pp. 375-409
- [4] CHOMBART DE LAWE, P.-H., "A organização social no meio urbano", in O. Velho (org.), O fenómeno urbano, Rio de Janeiro, Zahar, 1979, pp. 114-133
- [5] COELHO, Marino, "As zonas urbanas de Olhão: um exemplo da aplicação dos modelos", Mobilidade Social Urbana, Olhão, d.d., reproduzido em M. M. P. Cruz, Geografia doze, Areal Editores, Porto, 1987
- [6] COSTA, Pedro *et al.*, Utilização do solo num centro urbano monocêntrico: Cascais - uma aplicação prática (trabalho de grupo - ERU II), 1991/92, n/ publ.
- [7] DAVEAU, Suzanne, "Comentários e actualização (Cap. VIII - O povoamento)" e "Comentários e actualização (Cap. IX - A população)", in Suzanne Daveau (org.), Geografia de Portugal - vol. III : O povo português, Ed. João Sá da Costa, Lisboa, 1989
- [8] DAVEAU, Suzanne, "Comentários e actualização (Cap. XI - O litoral)", in Suzanne Daveau (org.), Geografia de Portugal - vol. IV : Vida Económica e Social, Ed. João Sá da Costa, Lisboa, 1991
- [9] GASPAS, Jorge, "Definição das aglomerações urbanas portuguesas", extraído e adaptado de "Estudo geográfico das aglomerações urbanas em Portugal Continental", in Finisterra, X-19, Lisboa, 1975, reproduzido em M. M. P. Cruz, Geografia doze, Areal Editores, Porto, 1987
- [10] GASPAS, Jorge, "Área de influência de Évora - uma aplicação do modelo de Christaller", adaptado de A área de influência de Évora, ed. d., d. d., reproduzido em M. M. P. Cruz, Geografia doze, Areal Editores, Porto, 1987
- [11] GASPAS, Jorge, "Urbanization: Growth, Problems and Policies" in A. Williams (Ed.), Southern Europe transformed, Harper & Row, London, 1984, pp. 208-235
- [12] GASPAS, Jorge, Portugal: os próximos 20 anos - I vol. : Ocupação e Organização do Espaço - Retrospectiva e Tendências, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987, pp. 5-122
- [13] GASPAS Jorge *et al.*, Portugal: os próximos 20 anos - vol. IV - Ocupação e Organização do Espaço - uma prospectiva, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1989, pp. 101-161, reproduzido em ERU II - textos de apoio, AEISEG, Lisboa, 1991
- [14] GEORGE, Pierre, Geografia Urbana, Difel, l. d., d. d.

- [15] KOVACS, Ilona, "A sociedade como realidade pluridimensional e a sua análise", in Sociologia, vol. I, AEISE, Lisboa, 1987
- [16] LAUTENSACH, Hermann, "Povoamento, nomes de lugar e circulação (Cap. IX - A população)", in Suzanne Daveau (org.), Geografia de Portugal - vol. III : O povo português, Ed. João Sá da Costa, Lisboa, 1989
- [17] MATTOSO, José, O essencial sobre a formação da nacionalidade, IN/CM, Lisboa, 1985
- [18] PINHO, Manuel, "Estratificação e classes sociais nas sociedades contemporâneas mais avançadas", in Sociologia, vol. I, AEISE, Lisboa, 1987
- [19] POEIRA, M^a Lourdes, "Portugal: as formas de povoamento", in Raquel Soeiro de Brito (Coord.), Países, povos e continentes - vol. IV - Portugal, Lexicoteca, Círculo de Leitores, Lisboa, 1989
- [20] PONTES, José Pedro, "Relatório Científico e Pedagógico de Economia Regional e Urbana II", reproduzido em ERU II - Textos de apoio, AEISEG, Lisboa, 1991
- [21] RAMBAUD, P., "Village et urbanisation. Problèmes sociologiques", Etudes Rurales, 49-50, 1973, pp. 14-32
- [22] RIBEIRO, Orlando, "Critérios de individualização das vilas urbanas em Portugal", extraído e adaptado de "Proémio metodológico ao estudo das pequenas cidades portuguesas", Finisterra, IV 7, Lisboa, d.d., reproduzido em M. M. P. CRUZ, Geografia doze, Areal Editores, Porto, 1987
- [23] RIBEIRO, Orlando, "Cidade", in Joel Serrão (org.), Dicionário de História de Portugal, vol. II, Porto, Liv. Figueirinhas, 1984, pp. 574-580
- [24] RIBEIRO, Orlando, "Evolução e distribuição da população (Cap. VIII - A população)" e "Povoamento e circulação (Cap. IX - O povoamento)", in Suzanne Daveau (org.), Geografia de Portugal - vol. III : O povo português, Ed. João Sá da Costa, Lisboa, 1989
- [25] RIBEIRO, Orlando, "A vida litoral (Cap. XI - O litoral)", in Suzanne Daveau (org.), Geografia de Portugal - vol. IV : Vida Económica e Social, Ed. João Sá da Costa, Lisboa, 1991
- [26] SAUNDERS, P., "Space, the city and urban sociology" in D. Gregory e J. Urry (Ed.), Social Relations and Spatial Structures, London, Mac Millan, 1985, pp. 67-89
- [27] SIMMEL, G., "A metrópole e a vida mental", in O. Velho, op cit., pp. 11-25
- [28] WIRTH, L., "O urbanismo como modo de vida", in O. Velho, op cit., pp. 90-113